



Planejamento Estratégico do
Conselho da Justiça Federal

2010-2014

A estratégia do Conselho da Justiça Federal

Mapa Estratégico – Conselho da Justiça Federal

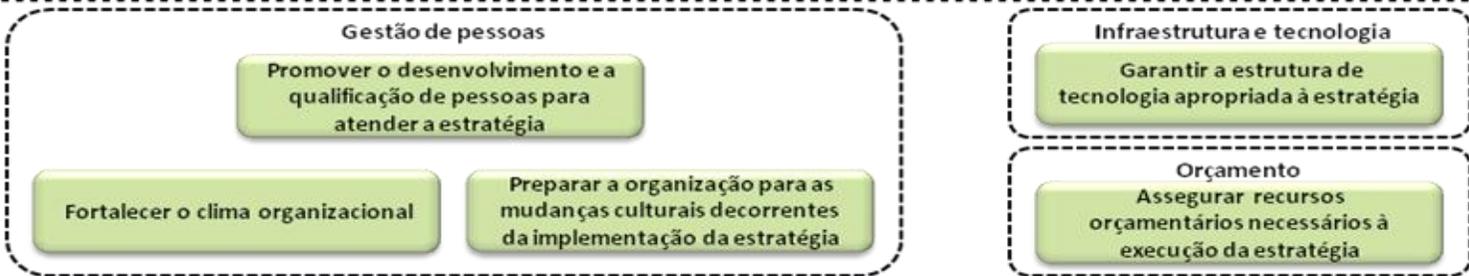
Visão de futuro:
Atuar com excelência no aprimoramento da Justiça Federal

- Atributos de Valor:
- Celeridade
 - Modernidade
 - Acessibilidade
 - Transparência
 - Efetividade

Processos Internos



Recursos



Missão: Exercer, de forma efetiva, a supervisão orçamentária e administrativa, o poder correccional e a uniformização, bem como promover a integração e o aprimoramento da Justiça Federal

CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

Missão

Exercer, de forma efetiva, a supervisão orçamentária e administrativa, o poder correicional e a uniformização, bem como promover a integração e o aprimoramento da Justiça Federal.

Visão

Atuar com excelência no aprimoramento da Justiça Federal.

Atributos de valor para a sociedade

- Celeridade
- Modernidade
- Acessibilidade
- Transparência
- Efetividade

Indicador relacionado à visão:

Satisfação da Justiça Federal com os serviços prestados pelo Conselho da Justiça Federal.

Indicador	Meta					
Satisfação da Justiça Federal com os serviços prestados pelo Conselho da Justiça Federal	Obter 80 % de satisfação dos clientes até 2014.					
	Linha de Base	2010	2011	2012	2013	2014
	-	-	-	70%	-	80%

TEMA

Eficiência operacional

Objetivo estratégico

Promover a agilidade dos trâmites judiciais e administrativos da Justiça Federal.

Descrição do objetivo

Garantir a agilidade na tramitação dos processos judiciais e administrativos, a fim de assegurar a razoável duração do processo.

Indicadores relacionados ao objetivo

- Virtualização dos novos processos judiciais da Justiça Federal;
- Tempo médio de tramitação do processo administrativo no CJF;
- Processos digitais na Justiça Federal;
- Virtualização dos processos administrativos do Conselho da Justiça Federal;
- Sistema de Gestão Documental Digital.

Projetos relacionados

- Sistemas Integrados de Gestão da Justiça Federal – SIGJUS;
 - Sistema Nacional de Estatística da Justiça Federal – SINEJUS;
 - Rede de Comunicação de Dados da Justiça Federal;
 - Gestão de Identidades e Acesso da Justiça Federal;
 - Sistema de Gestão Documental Digital.
- Implantação do Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação – PETI;
- Implantação do Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI;
- Autos Judiciais Digitais – AJD;
- Repositório Digital do Conselho da Justiça Federal;
- Instalação de Varas Federais;

Indicador	Meta					
Virtualização dos novos processos judiciais da Justiça Federal	Alcançar 100% de processos novos judiciais virtualizados, até 2014.					
	Linha de Base	2010	2011	2012	2013	2014
	-	60%	70%	80%	90%	100%
Indicador	Meta					
Tempo médio de tramitação do processo administrativo no Conselho da Justiça Federal	Obter 100% dos processos administrativos finalizados no tempo padrão até 2014					
	Linha de Base	2010	2011	2012	2013	2014
	-	20%	40%	60%	80%	100%

Indicador	Meta					
Processos digitais na Justiça Federal	Obter 90% de processos judiciais digitais até 2014.					
	Linha de Base	2010	2011	2012	2013	2014
	-	60%	65%	70%	80%	90%
Indicador	Meta					
Virtualização dos processos administrativos do Conselho da Justiça Federal	Obter 100% de processos administrativos em andamento virtualizados até 2014.					
	Linha de Base	2010	2011	2012	2013	2014
	-	20%	50%	70%	90%	100%

Tema

Eficiência Operacional

Objetivo estratégico

Otimizar os processos de trabalho.

Descrição do objetivo

Promover o aprimoramento continuado dos processos de trabalho da JF, a fim de que sejam alcançadas melhorias em qualidade, custo ou funcionalidade.

Indicadores relacionados ao objetivo

- Processos de trabalho otimizados e implantados.
- Automatização de processos de trabalho.

Projetos relacionados

- Sistemas Integrados de Gestão da Justiça Federal – SIGJUS;
 - Sistema Nacional de Estatística da Justiça Federal – SINEJUS;
 - Rede de Comunicação de Dados da Justiça Federal;
 - Gestão de Identidades e Acesso da Justiça Federal;
 - Sistema de Gestão de Pessoas;
 - Sistema de Gestão Documental Digital;
- Implantação do Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação – PETI;
- Implantação do Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI;
- Autos Judiciais Digitais – AJD;
- Repositório Digital do Conselho da Justiça Federal;
- Implantação da Melhoria de Processos de Engenharia de Software da Justiça Federal – MPESJus.

Indicador	Meta					
Processos de trabalho otimizados e implantados	Alcançar 100% dos processos otimizados e implantados a partir de 2012.					
	Linha de Base	2010	2011	2012	2013	2014
	0,32%	70%	90%	100%	Manter 100%	Manter 100%
Indicador	Meta					
Automatização de processos de trabalho	Automatizar 100% dos processos de trabalho que serão automatizados, a partir de 2012.					
	Linha de Base	2010	2011	2012	2013	2014
	-	30%	60%	100%	100%	100%

Tema

Eficiência operacional

Objetivo estratégico

Definir políticas de adequação e desenvolvimento do capital humano da Justiça Federal.

Descrição o objetivo

Elaborar políticas para adequação dos quadros de pessoal dos órgãos que compõem a Justiça Federal em relação à estrutura organizacional, quantitativo, perfil e alocação de pessoal.

Indicadores relacionados ao objetivo

- Aderência dos órgãos às políticas estabelecidas para adequação e desenvolvimento de capital humano.

Projetos relacionados

- Sistemas Integrados de Gestão da Justiça Federal – SIGJUS;
 - Sistema Nacional de Estatística da Justiça Federal – SINEJUS;
 - Sistema de Gestão de Pessoas;
- Implantação do Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação – PETI;
- Implantação do Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI;
- Instalação de Varas Federais;
- Sistema Integrado de Educação a Distância.
- Educação Corporativa do Conselho da Justiça Federal.

Indicador	Meta					
Aderência dos órgãos às políticas estabelecidas para adequação e desenvolvimento de capital humano	Atingir 80% de aderência dos órgãos até 2014.					
	Linha de Base	2010	2011	2012	2013	2014
	-	-	10%	50%	70%	80%

Tema

Eficiência operacional

Objetivo estratégico

Promover a modernização tecnológica da Justiça Federal.

Descrição do objetivo

Modernizar, de forma inovadora, a Justiça Federal, por meio de projetos de tecnologia da informação, visando aumentar a agilidade da prestação jurisdicional, bem como a transparência nos atos, decisões e informações de interesse da sociedade.

Indicadores relacionados ao objetivo

- Alcance das metas do Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação - PETI da Justiça Federal.

Projetos relacionados

- Sistemas Integrados de Gestão da Justiça Federal – SIGJUS;
 - Rede de Comunicação de Dados da Justiça Federal;
 - Gestão de Identidades e Acesso da Justiça Federal;
 - Sistema de Gestão de Pessoas;
 - Sistema de Gestão Documental Digital;
 - Centro de Processamento de Dados da Justiça Federal – DATACENTER.
- Implantação do Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação – PETI;
- Implantação do Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI;
- Autos Judiciais Digitais;
- Implantação da Melhoria de Processos de Engenharia de Software da Justiça Federal – MPESJus;

Indicador	Meta					
Alcance das metas do PETI da Justiça Federal	Atingir 100% das metas do PETI da Justiça Federal até 2014.					
	Linha de Base	2010	2011	2012	2013	2014
	-	20%	40%	60%	80%	100%

Tema

Responsabilidade socioambiental

Objetivo estratégico

Promover a cultura da responsabilidade socioambiental.

Descrição do objetivo

Desenvolver ações que contribuam para a educação socioambiental e para a disseminação de práticas voltadas à preservação do meio ambiente (Pautado na Recomendação CNJ nº 11, de 22/05/2007 e no art. 225 da CF/88).

Indicadores relacionados ao objetivo:

- Órgãos da Justiça Federal com projetos que contenham iniciativas educacionais socioambientais.
- Projetos que contribuam para a educação socioambiental.

Projetos Relacionados:

- Não há projetos relacionados ao objetivo.

Indicador	Meta					
Órgãos da Justiça Federal com projetos que contenham iniciativas educacionais socioambientais.	Obter 100% dos órgãos com pelo menos um projeto implantado por ano até 2014					
	Linha de Base	2010	2011	2012	2013	2014
	30% dos órgãos	75% dos órgãos	80% dos órgãos	85% dos órgãos	90% dos órgãos	100% dos órgãos
Indicador	Meta					
Projetos que contribuam para a educação socioambiental	Aumentar em 50% o número de projetos de educação socioambiental até 2014					
	Linha de Base	2010	2011	2012	2013	2014
	20 projetos em andamento	Aumentar em 25%	Aumentar em 30%	Aumentar em 40%	Aumentar em 45%	Aumentar em 50%

Tema

Alinhamento e integração

Objetivo estratégico

Fomentar a interação e a troca de experiências e informações entre órgãos da Justiça Federal.

Descrição do objetivo

Promover a integração dos órgãos da Justiça Federal mediante o compartilhamento de experiências e soluções jurídicas e administrativas, de forma a permitir a replicação de ações para o aperfeiçoamento do Judiciário.

Indicadores relacionados ao objetivo

- Órgãos da Justiça Federal que adotam práticas constantes no Banco de Boas Práticas da Justiça Federal – JUSQUALITAS.

Projetos Relacionados:

- Sistemas Integrados de Gestão da Justiça Federal – SIGJUS;
 - Sistema Nacional de Estatística da Justiça Federal – SINEJUS;
 - Sistema de Gestão de Pessoas;
 - Sistema de Gestão Documental Digital;
- Implantação do Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação – PETI;
- Implantação do Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI;
- Repositório Digital do Conselho da Justiça Federal;
- Política de Comunicação Institucional;
- Implantação da Melhoria de Processos de Engenharia de Software da Justiça Federal – MPESJus.

Indicador	Meta					
Órgãos da Justiça Federal que adotam práticas constantes no Banco de Boas Práticas da Justiça Federal - Jusqualitas	Assegurar que 100% dos órgãos da Justiça Federal adotem, pelo menos, uma boa prática do Banco de Boas Práticas da Justiça Federal (JUSQUALITAS), por ano, até 2014.					
	Linha de Base	2010	2011	2012	2013	2014
	-	60%	70%	80%	90%	100%

Tema

Alinhamento e integração

Objetivo estratégico

Promover o alinhamento estratégico da Justiça Federal.

Descrição do objetivo

Atuar com o intuito de assegurar que as estratégias dos órgãos da Justiça Federal estejam em consonância com a estratégia de sua região e com a estratégia nacional da Justiça Federal.

Indicadores relacionados ao objetivo:

- Execução dos Projetos Estratégicos.

Projetos relacionados

- Implantação do Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação – PETI;
- Implantação do Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI;
- Política de Comunicação Institucional;
- Planejamento Estratégico da Justiça Federal – PLANEST-JF.

Indicador	Meta												
Execução dos projetos estratégicos	Assegurar que 100% dos projetos estratégicos sejam realizados dentro das metas estabelecidas até 2014.												
	<table border="1"> <thead> <tr> <th>Linha de Base</th> <th>2010</th> <th>2011</th> <th>2012</th> <th>2013</th> <th>2014</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>0</td> <td>20%</td> <td>50%</td> <td>70%</td> <td>90%</td> <td>100%</td> </tr> </tbody> </table>	Linha de Base	2010	2011	2012	2013	2014	0	20%	50%	70%	90%	100%
	Linha de Base	2010	2011	2012	2013	2014							
0	20%	50%	70%	90%	100%								

Tema

Atuação institucional

Objetivo estratégico

Atuar preventivamente na função correccional.

Descrição do objetivo

Agir de forma proativa junto à Justiça Federal visando ao acompanhamento mais eficaz da atividade jurisdicional e administrativa.

Indicadores relacionados ao objetivo:

- Incidentes instaurados.

Projetos Relacionados:

- Sistemas Integrados de Gestão da Justiça Federal – SIGJUS;
 - Sistema Nacional de Estatística da Justiça Federal – SINEJUS.

Indicador	Meta					
Incidentes instaurados	Reduzir em 50% o número de incidentes instaurados até 2014, tendo como referência o ano de 2010.					
	Linha de Base	2010	2011	2012	2013	2014
	349	*	20%	30%	40%	50%

* Em virtude de a Corregedoria ser uma unidade nova no CJF, as metas de redução terão como referência os valores apurados em 2010.

Tema

Atuação Institucional.

Objetivo estratégico

Desenvolver a comunicação institucional.

Descrição do objetivo

Aprimorar a comunicação com o público externo e interno, com linguagem clara e acessível, disponibilizando, com transparência, para a sociedade, informações sobre o papel e ações da Justiça Federal.

Indicadores relacionados ao objetivo

- Nível de conhecimento sobre o papel e ações da Justiça Federal;
- Imagem da Justiça Federal.

Projetos relacionados:

- Repositório Digital do Conselho da Justiça Federal;
- Política de Comunicação Institucional.

Indicador	Meta					
Nível de conhecimento sobre o papel e ações da Justiça Federal	Obter 80% de nível de conhecimento em relação à Justiça Federal até 2014.					
	Linha de Base	2010	2011	2012	2013	2014
	-	40%	50%	60%	70%	80%
Indicador	Meta					
Imagem da Justiça Federal	Obter 80% de matérias positivas sobre a Justiça Federal na mídia impressa e eletrônica até 2014.					
	Linha de Base	2010	2011	2012	2013	2014
	-	55%	60%	65%	70%	80%

Tema

Gestão de pessoas

Objetivo estratégico

Promover o desenvolvimento e a qualificação de pessoas para atender a estratégia.

Descrição do objetivo

Promover o desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e atitudes dos servidores, a fim de que estes tenham condições de atuar para o alcance dos objetivos estratégicos.

Indicadores relacionados ao objetivo

- Capacitação nas competências estratégicas;
- Orçamento de custeio aplicado em capacitação;
- Capacitação de servidores.

Projetos relacionados

- Sistema Integrado de Educação à Distância;
- Educação Corporativa do Conselho da Justiça Federal.

Indicador	Meta					
Capacitação nas competências estratégicas	Capacitar 100% dos gestores e potenciais gestores em competências estratégicas a partir de 2011.					
	Linha de Base	2010	2011	2012	2013	2014
	-	80%	100%	100%	100%	100%
Indicador	Meta					
Orçamento de custeio aplicado em capacitação	Obter 3% do valor do orçamento de custeio aplicado em capacitação até 2014.					
	Linha de Base	2010	2011	2012	2013	2014
	1,74%	1,9%	2%	2,3%	2,5%	3%
Indicador	Meta					
Capacitação de servidores	Capacitar 100% dos servidores em pelo menos 20 horas anuais, a partir de 2011.					
	Linha de Base	2010	2011	2012	2013	2014
	-	80%	100%	100%	100%	100%

Tema

Gestão de pessoas

Objetivo estratégico

Fortalecer o clima organizacional.

Descrição do objetivo

Identificar, compreender e atuar sobre os aspectos positivos e negativos que impactam no clima organizacional e orientar a definição de planos de ação para a sua melhoria e, conseqüentemente, aumento da produtividade do CJF.

Indicadores relacionados ao objetivo

- Clima organizacional.

Projetos relacionados

- Educação Corporativa do Conselho da Justiça Federal

Indicador	Meta					
	Clima Organizacional	Obter 75% de satisfação até 2014.				
Linha de Base		2010	2011	2012	2013	2014
46%		60%	-	70%	-	75%

Tema

Gestão de Pessoas

Objetivo estratégico

Preparar a organização para as mudanças culturais decorrentes da implementação da estratégia.

Descrição do objetivo

Atuar proativamente na preparação do órgão para assimilação do novo modelo de gestão a partir do desenvolvimento de um plano de mudança organizacional.

Indicadores relacionados ao objetivo

- Implantação do plano de mudança.

Projetos relacionados

- Política de Comunicação Institucional
- Educação Corporativa do Conselho da Justiça Federal
- Planejamento Estratégico da Justiça Federal – PLANEST-JF

Indicador	Meta					
	Implantação do plano de mudança	Obter 100% de implantação do plano de mudança a partir de 2012.				
Linha de Base		2010	2011	2012	2013	2014
-		-	60%	100%	100%	100%

Tema

Infraestrutura e tecnologia

Objetivo estratégico

Garantir a estrutura de tecnologia apropriada à estratégia.

Descrição do objetivo

Prover os recursos tecnológicos suficientes que permitam o bom desempenho das atividades estratégicas.

Indicadores relacionados ao objetivo:

- Aderência aos padrões mínimos de Tecnologia da Informação (Resolução nº 90/CNJ).

Projetos relacionados:

- Sistemas Integrados de Gestão da Justiça Federal – SIGJUS;
 - Rede de Comunicação de Dados da Justiça Federal;
 - Gestão de Identidades e Acesso da Justiça Federal;
 - Centro de Processamento de Dados da Justiça Federal – DATACENTER.
- Implantação do Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação – PETI;
- Implantação do Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI;
- Implantação da Melhoria de Processos de Engenharia de Software da Justiça Federal – MPESJus;

Indicador	Meta					
Aderência aos padrões mínimos de TI	Obter e manter 100% de aderência dos padrões mínimos a partir de 2013.					
	Linha de Base	2010	2011	2012	2013	2014
	-	40%	60%	80%	100%	100%

Tema

Orçamento

Objetivo estratégico

Assegurar recursos orçamentários necessários à execução da estratégia.

Descrição do objetivo

Promover ações orçamentárias visando assegurar recursos que viabilizem as ações e metas necessárias à execução da estratégia.

Garantir a disponibilização dos recursos orçamentários necessários para a execução dos projetos estratégicos, de acordo com os cronogramas estabelecidos para cada iniciativa.

Indicadores relacionados ao objetivo

- Execução do orçamento estratégico.

Projetos relacionados

- Não foram identificados projetos relacionados a este objetivo.

Indicador	Meta					
Execução do orçamento estratégico	Executar 100% do valor disponibilizado para a estratégia a partir de 2010.					
	Linha de Base	2010	2011	2012	2013	2014
	-	100%	100%	100%	100%	100%

ANEXO 1 - FICHA DOS INDICADORES

MATRIZ DE INDICADORES – CJF

Indicador da Visão de Futuro

Visão de Futuro: Atuar com excelência no aprimoramento da Justiça Federal.

INDICADOR: Satisfação da Justiça Federal com os serviços prestados pelo Conselho da Justiça Federal					
Tipo de Indicador	Efetividade				
O que mede	A satisfação dos clientes do Conselho da Justiça Federal				
Quem mede	Secretaria de Desenvolvimento Institucional				
Quando medir	Bianualmente				
Onde medir	TRFs e SJs				
Por que medir	Para verificar se o Conselho da Justiça Federal está atuando com excelência em direção à visão de futuro				
Como medir	$(\text{Avaliações positivas} / \text{Total de avaliações}) \times 100$				
Situação atual (2009)	-				
META	Obter 80% da satisfação dos clientes até 2014.				
	2010	2011	2012	2013	2014
	-	-	70%	-	80%

Indicador 01

Objetivo: Promover a agilidade dos trâmites judiciais e administrativos da Justiça Federal.

INDICADOR: Virtualização dos novos processos judiciais da Justiça Federal					
Tipo de Indicador	Eficiência				
O que mede	O percentual de virtualização dos processos da Justiça Federal				
Quem mede	Secretaria de Tecnologia da Informação				
Quando medir	Anualmente				
Onde medir	CJF, TRFs e SJs				
Por que medir	Para verificar o andamento da virtualização				
Como medir	$(\text{Número de processos judiciais novos virtualizados} / \text{Total de processos novos judiciais protocolados}) \times 100$				
Situação atual (2009)	-				
META	Alcançar 100% de processos novos judiciais virtualizados até 2014.				
	2010	2011	2012	2013	2014
	60%	70%	80%	90%	100%

Indicador 02

Objetivo: Promover a agilidade dos trâmites judiciais e administrativos da Justiça Federal.

INDICADOR: Tempo médio de tramitação do processo administrativo no Conselho da Justiça Federal

Tipo de Indicador	Eficiência				
O que mede	Agilidade da tramitação dos processos administrativos no Conselho da Justiça Federal				
Quem mede	Secretaria de Administração/Corregedoria				
Quando medir	Anualmente				
Onde medir	CJF				
Por que medir	Para agilizar o trâmite processual				
Como medir	(Número de processos administrativos finalizados no tempo padrão / Total de processos administrativos protocolados) X 100				
Situação atual (2009)	-				
META	Obter 100% dos processos administrativos finalizados no tempo padrão até 2014.				
	2010	2011	2012	2013	2014
	20%	40%	60%	80%	100%

Indicador 03

Objetivo: Promover a agilidade dos trâmites judiciais e administrativos da Justiça Federal

INDICADOR: Processos digitais da Justiça Federal

Tipo de Indicador	Eficiência				
O que mede	O grau de processos digitais da Justiça Federal				
Quem mede	Corregedoria				
Quando medir	Anualmente				
Onde medir	CJF, TRFs e SJs				
Por que medir	Para verificar o andamento dos processos digitais				
Como medir	(Número de processos judiciais digitais / Total de processos judiciais em andamento) X 100				
Situação atual (2009)	-				
META	Obter 90 % de processos judiciais digitais até 2014.				
	2010	2011	2012	2013	2014
	60%	65%	70%	80%	90%

Indicador 04

Objetivo: Promover a agilidade dos trâmites judiciais e administrativos da Justiça Federal.

INDICADOR: Virtualização dos processos administrativos do Conselho da Justiça Federal

Tipo de Indicador	Eficiência				
O que mede	O grau de virtualização dos processos administrativos da Justiça Federal				
Quem mede	Secretaria de Tecnologia da Informação/Secretaria de Administração				
Quando medir	Anualmente				
Onde medir	CJF, TRFs e SJs				
Por que medir	Para verificar o andamento da virtualização				
Como medir	(Número de processos administrativos em andamento virtualizados / Total de processos administrativos em andamento protocolados) X 100				
Situação atual (2009)	-				
META	Obter 100% de processos administrativos em andamento virtualizados até 2014.				
	2010	2011	2012	2013	2014
	20%	50%	70%	90%	100%

Indicador 05

Objetivo: Otimizar os processos de trabalho.

INDICADOR: Processos de trabalho otimizados e implantados

Tipo de Indicador	Eficiência				
O que mede	A quantidade de processos otimizados e implantados				
Quem mede	Secretaria de Desenvolvimento Institucional				
Quando medir	Semestralmente				
Onde medir	CJF, TRFs e SJs				
Por que medir	Para garantir que todos os processos sejam otimizados e implantados propiciando a melhoria contínua e conseqüentemente a agilidade e qualidade dos serviços				
Como medir	Número de processos otimizados implantados / Total de processos mapeados				
Situação atual (2009)	0,32%				
META	Alcançar 100% dos processos otimizados e implantados a partir de 2012.				
	2010	2011	2012	2013	2014
	70%	90%	100%	Manter 100%	Manter 100%

Indicador 06

Objetivo: Otimizar os processos de trabalho.

INDICADOR: Automatização dos processos de trabalho da Justiça Federal

Tipo de Indicador	Eficiência				
O que mede	A quantidade de processos automatizados				
Quem mede	Secretaria de Desenvolvimento Institucional				
Quando medir	Semestralmente				
Onde medir	CJF, TRFs e SJs				
Por que medir	Para acompanhar a automatização dos processos de trabalho.				
Como medir	Número de processos automatizados / Total de processos a serem automatizados				
Situação atual (2009)	-				
META	Automatizar 100% dos processos de trabalho que serão automatizados a partir de 2012.				
	2010	2011	2012	2013	2014
	30%	60%	100%	Manter 100%	Manter 100%

Indicador 07

Objetivo: Definir políticas de adequação e desenvolvimento do capital humano da Justiça Federal.

INDICADOR: Aderência dos órgãos às políticas estabelecidas para adequação e desenvolvimento de capital humano

Tipo de Indicador	Eficiência				
O que mede	Mede se os órgãos adotam as políticas estabelecidas para adequação do capital humano				
Quem mede	Secretaria de Recursos Humanos / Secretaria de Desenvolvimento Institucional / Secretaria de Centro de Estudos				
Quando medir	Anualmente				
Onde medir	CJF, TRFs e SJs				
Por que medir	Para verificar se os órgãos estão aderindo aos critérios estabelecidos				
Como medir	$(N^{\circ} \text{ de critérios adotados} / \text{Total de critérios estabelecidos}) \times 100$				
Situação atual (2009)	-				
META	Atingir 80% de aderência dos órgãos até 2014.				
	2010	2011	2012	2013	2014
	-	Aderência de 10%	Aderência de 50%	Aderência de 70%	Aderência de 80%

Indicador 08

Objetivo: Promover a modernização tecnológica da Justiça Federal.

INDICADOR: Alcance das metas do Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação - PETI da Justiça Federal

Tipo de Indicador	Eficiência				
O que mede	Mede se estão sendo alcançadas as metas do PETI da Justiça Federal				
Quem mede	Secretaria de Tecnologia da Informação/Secretaria de Desenvolvimento Institucional				
Quando medir	Anualmente				
Onde medir	CJF, TRFs e SJs				
Por que medir	Para verificar se as metas do PETI serão alcançadas				
Como medir	$(N^{\circ} \text{ metas alcançadas do PETI} / \text{Total de metas do PETI}) \times 100$				
Situação atual (2009)	-				
META	Atingir 100% das metas do PETI da Justiça Federal até 2014.				
	2010	2011	2012	2013	2014
	20%	40%	60%	80%	100%

Indicador 09

Objetivo: Promover a cultura da responsabilidade socioambiental.

INDICADOR: Órgãos da Justiça Federal com projetos que contenham iniciativas educacionais socioambientais

Tipo de Indicador	Eficiência				
O que mede	Número de órgãos da Justiça Federal que desenvolve iniciativas educacionais socioambiental				
Quem mede	Secretaria de Administração				
Quando medir	Anualmente				
Onde medir	CJF, TRFs e SJs				
Por que medir	Para atender à recomendação número 11 do CNJ, que tem como objetivo desenvolver a consciência socioambiental				
Como medir	Número de órgãos com projetos implantados / Total de órgãos da Justiça Federal				
Situação atual (2009)	30% de órgãos com pelo menos um projeto implantado				
META	Obter 100% dos órgãos com pelo menos um projeto implantado por ano até 2014.				
	2010	2011	2012	2013	2014
	75% dos órgãos com pelo menos uma ação implantada	80% dos órgãos com pelo menos uma ação implantada	85% dos órgãos com pelo menos uma ação implantada	90% dos órgãos com pelo menos uma ação implantada	100% dos órgãos com pelo menos uma ação implantada

Indicador 10

Objetivo: Promover a cultura da responsabilidade socioambiental.

INDICADOR: Projetos que contribuam para a educação socioambiental

Tipo de Indicador	Eficiência				
O que mede	A quantidade de projetos que contenham iniciativas que promovam a educação socioambiental desenvolvidas no período				
Quem mede	Secretaria de Administração				
Quando medir	Anualmente				
Onde medir	CJF, TRFs e SJs				
Por que medir	Para atender à recomendação número 11 do CNJ, que tem como objetivo desenvolver a consciência socioambiental				
Como medir	Número total de projetos de educação socioambiental				
Situação atual (2009)	20 projetos em andamento				
META	Aumentar em 50% o número de projetos de educação socioambiental até 2014.				
	2010	2011	2012	2013	2014
	Aumentar em 25%	Aumentar em 30%	Aumentar em 40%	Aumentar em 45%	Aumentar em 50%

Indicador 11

Objetivo: Fomentar a interação e a troca de experiências e informações entre os órgãos da Justiça Federal.

INDICADOR: Órgãos da Justiça Federal que adotaram práticas constantes no Banco de Boas Práticas constantes no Jusqualitas

Tipo de Indicador	Eficácia				
O que mede	Se a Justiça Federal está utilizando as boas práticas compartilhadas no Banco de Boas Práticas da Justiça Federal				
Quem mede	Secretaria do Centro de Estudos Judiciários				
Quando medir	Anualmente				
Onde medir	CJF, TRFs e SJs				
Por que medir	Para verificar se as práticas compartilhadas estão sendo utilizadas				
Como medir	$(\text{Número de práticas utilizadas} / \text{Total de práticas compartilhadas}) \times 100$				
Situação atual (2009)	-				
META	Assegurar que 100% dos órgãos da Justiça Federal adotem pelo menos uma boa prática do Banco de Boas Práticas (Jusqualitas), por ano, até 2014.				
	2010	2011	2012	2013	2014
	60%	70%	80%	90%	100%

Indicador 12

Objetivo: Promover o alinhamento estratégico da Justiça Federal.

INDICADOR: Execução dos Projetos Estratégicos

Tipo de Indicador	Efetividade				
O que mede	Número de projetos estratégicos executados no âmbito da Justiça Federal				
Quem mede	Secretaria de Desenvolvimento Institucional				
Quando medir	Trimestralmente				
Onde medir	CJF, TRFs e SJs				
Por que medir	Para garantir o alinhamento estratégico				
Como medir	(Número de projetos estratégicos concluídos com metas internas alcançadas / Total de projetos estratégicos previstos para o período) x 100				
Situação atual (2009)	-				
META	Assegurar que 100% dos projetos estratégicos sejam realizados dentro das metas estabelecidas até 2014.				
	2010	2011	2012	2013	2014
	20%	50%	70%	90%	100%

Indicador 13

Objetivo: Atuar preventivamente na função correccional.

INDICADOR: Incidentes instaurados

Tipo de Indicador	Efetividade				
O que mede	O número de incidentes instaurados				
Quem mede	Corregedoria				
Quando medir	Anualmente				
Onde medir	CJF				
Por que medir	Para verificar se atuação preventiva reduz os números de incidentes instaurados				
Como medir	Diferença do número de incidentes instaurados na corregedoria em relação ao ano anterior (nº de processos protocolados na Corregedoria no período / nº de processos protocolados na Corregedoria no ano anterior) x 100 (quanto menor, melhor)				
Situação atual (2009)	349				
META	Reduzir em 50% o número de incidentes instaurados até 2014, tendo como referência o ano de 2010.				
	2010	2011	2012	2013	2014
	*	20%	30%	40%	50%

* Em virtude de a Corregedoria ser uma unidade nova no Conselho da Justiça Federal, as metas de redução terão como referência os valores apurados em 2010.

Indicador 14

Objetivo: Desenvolver a comunicação institucional.

INDICADOR: Nível de conhecimento sobre o papel e ações da Justiça Federal

Tipo de Indicador	Efetividade				
O que mede	Mede o nível de conhecimento das pessoas que têm acesso à internet em relação ao papel da Justiça Federal				
Quem mede	Assessoria de Comunicação Social				
Quando medir	Anualmente				
Onde medir	Portal da Justiça Federal e sites dos tribunais regionais federais				
Por que medir	Para avaliar se a sociedade conhece o papel da Justiça Federal				
Como medir	Pesquisa via portal – Total de pessoas com conhecimento / Total de respostas				
Situação atual (2009)	-				
META	Obter 80% de nível de conhecimento em relação à Justiça Federal até 2014.				
	2010	2011	2012	2013	2014
	40%	50%	60%	70%	80%

Indicador 15

Objetivo: Desenvolver a comunicação institucional.

INDICADOR: Imagem da Justiça Federal

Tipo de Indicador	Efetividade				
O que mede	Mede a avaliação da Justiça Federal (positiva, negativa ou neutra) na mídia impressa e eletrônica.				
Quem mede	Assessoria de Comunicação Social				
Quando medir	Anualmente				
Onde medir	Clipping – mídia nacional impressa e eletrônica				
Por que medir	Para avaliar a imagem da Justiça Federal				
Como medir	Matérias positivas sobre a Justiça Federal /total de matérias sobre a Justiça Federal veiculadas na mídia impressa e eletrônica.				
Situação atual (2009)	-				
META	Obter 80% de matérias positivas sobre a Justiça Federal na mídia impressa e eletrônica até 2014.				
	2010	2011	2012	2013	2014
	55%	60%	65%	70%	80%

Indicador 16

Objetivo: Promover o desenvolvimento e a qualificação de pessoas para atender a estratégia.

INDICADOR: Capacitação nas competências estratégicas

Tipo de Indicador	Eficiência				
O que mede	Mede se os servidores em posições estratégicas estão sendo treinados em competências estratégicas				
Quem mede	Secretaria do Centro de Estudos Judiciários				
Quando medir	Anualmente				
Onde medir	CJF, TRFs e SJs				
Por que medir	Para verificar se os gestores e potenciais gestores estão sendo treinados em competências estratégicas				
Como medir	(Servidores com pelo menos 20 horas nas competências estratégicas / Total de servidores) X 100				
Situação atual (2009)	-				
META	Capacitar 100% dos gestores e potenciais gestores em competências estratégicas a partir de 2011.				
	2010	2011	2012	2013	2014
	80%	100%	100%	100%	100%

Indicador 17

Objetivo: Promover o desenvolvimento e qualificação de pessoas para atender a estratégia.

INDICADOR: Orçamento de custeio aplicado em capacitação

Tipo de Indicador	Eficiência				
O que mede	Valor percentual de recursos aplicado em capacitação				
Quem mede	Secretaria do Centro de Estudos Judiciários				
Quando medir	Anualmente				
Onde medir	CJF				
Por que medir	Para verificar o percentual do orçamento de custeio aplicado em capacitação				
Como medir	(Valor aplicado em capacitação / Valor total do orçamento executado) X 100				
Situação atual (2009)	1,74%				
META	Obter 3 % do valor do orçamento de custeio aplicado em capacitação até 2014.				
	2010	2011	2012	2013	2014
	1,9%	2%	2,3%	2,5%	3%

Indicador 18

Objetivo: Promover o desenvolvimento e qualificação de pessoas para atender a estratégia.

INDICADOR: Capacitação de servidores

Tipo de Indicador	Eficiência				
O que mede	Mede a capacidade da organização em treinar os servidores				
Quem mede	Secretaria do Centro de Estudos Judiciários				
Quando medir	Anualmente				
Onde medir	CJF				
Por que medir	Para verificar se todos os servidores estão sendo treinados				
Como medir	(Servidores treinados com pelo menos 20 horas anuais/ total de servidores) X 100				
Situação atual (2009)	-				
META	Capacitar 100% dos servidores em pelo menos 20 horas anuais a partir de 2011.				
	2010	2011	2012	2013	2014
	80%	100%	100%	100%	100%

Indicador 19

Objetivo: Fortalecer o clima organizacional

INDICADOR: Clima organizacional

Tipo de Indicador	Efetividade				
O que mede	Nível de satisfação com a organização				
Quem mede	Secretaria de Desenvolvimento Institucional				
Quando medir	Bianualmente				
Onde medir	CJF				
Por que medir	Para verificar o nível de satisfação dos servidores com a organização e adotar as medidas necessárias				
Como medir	(Avaliações positivas / Total de avaliações) x 100				
Situação atual (2009)	46%				
META	Obter 75% de satisfação até 2014.				
	2010	2011	2012	2013	2014
	60%	-	70%	-	75%

Indicador 20

Objetivo: Preparar a organização para as mudanças culturais decorrentes da implementação da estratégia.

INDICADOR: Implantação do plano de mudança

Tipo de Indicador	Efetividade				
O que mede	Percentual de implantação no Conselho da Justiça Federal do plano de mudança da Justiça Federal				
Quem mede	Secretaria de Desenvolvimento Institucional				
Quando medir	Anualmente				
Onde medir	CJF				
Por que medir	Porque a implementação do plano de mudança prepara a organização para absorver as mudanças requeridas pela implementação da estratégia				
Como medir	Percentual de implantação do plano de mudança				
Situação atual (2009)	0				
META	Obter 100% de implantação do plano de mudança a partir de 2012.				
	2010	2011	2012	2013	2014
	-	60%	100%	100%	100%

Indicador 21

Objetivo: Garantir a estrutura de tecnologia apropriada à estratégia.

INDICADOR: Aderência aos padrões mínimos de tecnologia da informação

Tipo de Indicador	Eficiência				
O que mede	Aderência aos padrões mínimos estabelecidos pela resolução N° 90 / CNJ				
Quem mede	Secretaria de Tecnologia da Informação				
Quando medir	Anualmente				
Onde medir	CJF, TRFs e SJs				
Por que medir	Para verificar se os órgãos estão aderindo aos padrões mínimos estabelecidos				
Como medir	$(\text{Itens atendidos} / \text{Total de Itens especificados pela resolução N°90 / CNJ}) \times 100$				
Situação atual (2009)	-				
META	Obter e manter 100 % de aderência dos padrões mínimos a partir de 2013.				
	2010	2011	2012	2013	2014
	40%	60%	80%	100%	100%

Indicador 22

Objetivo: Assegurar recursos orçamentários necessários à execução da estratégia.

INDICADOR: Execução do orçamento estratégico

Tipo de Indicador	Eficiência				
O que mede	A execução do orçamento estratégico				
Quem mede	Secretaria de Planejamento e Orçamento e Secretaria de Administração				
Quando medir	Anualmente				
Onde medir	CJF				
Por que medir	Para verificar a execução do orçamento estratégico				
Como medir	(Valor executado na estratégia/ Valor disponibilizado para a estratégia) X 100				
Situação atual (2009)	-				
META	Executar 100% do valor disponibilizado para a estratégia partir de 2010.				
	2010	2011	2012	2013	2014
	100%	100%	100%	100%	100%

ANEXO 2 - FICHA DO PROJETO

NOME DO PROJETO

Sistemas Integrados de Gestão da Justiça Federal – SIGJUS

1 ESCOPO DO PROJETO

Apresentar e implementar a gestão da qualidade com base no conhecimento da gestão por processos, de modo a dar sustentação aos recursos tecnológicos da Justiça Federal e a subsidiar o desenvolvimento, implantação e integração de *softwares*. Identificar deficiências atuais e estabelecer os mecanismos adequados para a busca da eficiência e eficácia do planejamento, execução e controle da atividade administrativa, visando à melhoria constante dos processos de trabalho e dos sistemas informatizados, no âmbito da Justiça Federal de 1º e 2º Graus.

Possibilitar a modernização das ações administrativas, com a implantação de soluções automatizadas que permitam a transparência dos atos e acesso irrestrito às informações gerenciais por parte dos gestores competentes e da sociedade em geral.

2 ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

Este projeto impacta os seguintes objetivos estratégicos:

- Tema: Eficiência operacional
 - Promover a agilidade dos trâmites judiciais e administrativos;
 - Otimizar processos de trabalho.

- Tema: Alinhamento e integração
 - Fomentar a interação e a troca de experiências e informações entre órgãos da Justiça Federal.

3 CLIENTES

Os interessados no projeto são o Conselho da Justiça Federal e as unidades administrativas da Justiça Federal de 1ª e 2º Graus.

4 JUSTIFICATIVA DO PROJETO

As ações da área tecnológica no âmbito da Justiça Federal, desde a criação do CJF, pela Constituição de 1988, mostraram-se descentralizadas e comandadas separadamente, pelos cinco tribunais regionais federais e pelo CJF. Tal fato resultou na debilitação das áreas de tecnologia, que se limitaram aos procedimentos internos e à rotina dos órgãos.

A função de um órgão de coordenação central é importante por reunir informações privilegiadas, atualizadas e precisas acerca da realidade tecnológica dos órgãos setoriais e seccionais e possibilitar a identificação das deficiências existentes no que tange ao planejamento e execução das ações e aos critérios para alocação de recursos. Porém, apesar dos esforços, isso não se concretizou efetivamente.

O planejamento adotado, no qual as ações de investimento e aquisições foram tomadas de forma isolada, sem a unificação das informações tecnológicas, não permitiram a concentração de recursos e esforços que seriam necessários à destinação do orçamento para o atendimento das prioridades comuns de interesse da Justiça Federal.

Busca-se a formulação de políticas, diretrizes, metodologias comuns, de modo a permitir que a Justiça Federal, como um todo, seja beneficiada e, por conseguinte, torne-se mais eficiente na prestação jurisdicional.

O estabelecimento de metas tecnológicas a serem observadas por todas as unidades da Justiça Federal, em um planejamento de médio e longo prazo, possibilitará a obtenção dos resultados de forma satisfatória.

A Justiça Federal é composta por realidades diversas. É fato a inexistência de uniformidade procedimental entre as Regiões. Em alguns casos não existe uniformidade nem mesmo entre Seções Judiciárias de uma mesma Região. Tais diferenças se verificam em inúmeros aspectos: a começar pelos equipamentos, bancos de dados e todo ambiente tecnológico. Os *softwares* demonstram disparidades em termos de atendimento ao usuário quando comparados aos mesmos existentes entre os diversos órgãos.

Cada um dos órgãos da Justiça Federal tem buscado o atendimento de suas necessidades institucionais de forma isolada, em prejuízo de uma gestão equânime dos recursos orçamentários.

No âmbito da Justiça Federal, pode-se verificar a ocorrência de gastos direcionados ao desenvolvimento dos mesmos sistemas informatizados ou a sistemas de mesmas funcionalidades, concomitantemente.

Em vez de contratar várias vezes um mesmo objeto, como tem ocorrido, o ideal seria a adoção de soluções únicas para a Justiça Federal como um todo, tendo em vista uma economia de escala e a otimização da força de trabalho e dos recursos orçamentários.

Há, ainda, um subaproveitamento dos recursos humanos disponíveis, vez que, em muitos casos, profissionais pertencentes ao quadro efetivo dos órgãos e empregados terceirizados alocados acabam por exercer, de forma repetida, as mesmas tarefas. A soma das forças, se utilizada em demandas de interesse comum, permitiria um avanço significativo rumo à consecução dos objetivos da área de tecnologia.

O acesso às informações muitas vezes se restringe ao profissional que delas fazem uso, o qual nem sempre integra o quadro efetivo do órgão, correndo-se o risco de perdê-las quando utilizadas por profissionais terceirizados e não compartilhadas quando findo o contrato, não agregando nada para a instituição.

O Conselho da Justiça Federal, apesar de órgão central, não dispõe de meios de acesso às informações dos demais órgãos da Justiça Federal. Mais: dentro dos próprios tribunais, é comum a apresentação de relatórios por escrito contendo dados solicitados não disponíveis em um sistema informatizado. Tais fatos culminam em entraves no desempenho da gestão pública, comprometendo todo o processo decisório dos órgãos e gestores competentes.

NOME DO PROJETO

Sistema de Gestão de Pessoas

1 ESCOPO DO PROJETO

Implantação de solução integrada e centralizada de gestão de pessoas para a Justiça Federal.

2 ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

Este projeto impacta os seguintes objetivos estratégicos:

- Tema: Eficiência operacional
 - Definir políticas de adequação e desenvolvimento do capital humano da Justiça Federal;
 - Otimizar processos de trabalho;
 - Promover a modernização tecnológica da Justiça Federal.
- Tema: Alinhamento e integração
 - Fomentar a interação e a troca de experiências e informações entre órgãos da Justiça Federal.

3 CLIENTES

Justiça Federal

4 JUSTIFICATIVA DO PROJETO

A Justiça Federal atualmente conta com cerca de 35 mil pessoas, entre magistrados, servidores, aposentados, pensionistas, estagiários e terceirizados, com estimativa de crescimento vegetativo à taxa de até 3% ao ano.

Essas pessoas encontram-se localizadas em Brasília-DF e em todas as capitais e principais cidades dos estados brasileiros onde estão instalados os Tribunais Regionais Federais, Seções Judiciárias, Subseções Judiciárias e Varas da Justiça Federal.

A folha de pagamento é processada para cerca de 35 mil pessoas vinculadas à Justiça Federal, entre magistrado e servidores ativos (aproximadamente 27 mil pessoas), magistrados e servidores aposentados (aproximadamente 3 mil pessoas) e cerca de 700 instituidores de pensão civil. O quadro de estagiários está dimensionado em cerca de 6 mil vagas e o de terceirizados em cerca de 9 mil vagas.

O Conselho da Justiça Federal, os Tribunais Regionais Federais e as Seções Judiciárias, de forma descentralizada, são responsáveis pela gestão e desenvolvimento de pessoas.

Os atuais sistemas de Recursos Humanos não mais atendem às necessidades da Justiça Federal em termos das modernas técnicas de gestão de pessoas e de desenvolvimento profissional, motivação principal da presente contratação. São diversos sistemas corporativos e auxiliares, inclusive departamentais, instalados nos órgãos da Justiça Federal para apoiar os mesmos processos referentes à gestão de pessoas, de forma não integrada e utilizando tecnologias defasadas.

Essa situação não atende à Resolução CJF n. 462, de 17 de agosto de 2005, que determina, num primeiro momento, a centralização das folhas de pagamento com a implantação nos Tribunais Regionais Federais de sistema unificado de gestão de Recursos Humanos e, num segundo momento, a unificação total dos sistemas e centralização no Conselho da Justiça Federal.

Para suprir as deficiências apontadas, e seguindo a tendência das grandes corporações mundiais, com vistas à otimização de recursos, padronização e celeridade dos processos, redução de custos, melhor visão gerencial e maior controle, a Justiça Federal necessita unificar e centralizar os seus sistemas de gestão de pessoas.

A gestão de pessoas é apresentada pela atual administração do CJF como foco principal da necessidade de uma solução que seja implantada mais rapidamente, considerando o tempo que seria necessário para o desenvolvimento de um sistema próprio.

Dessa forma, este projeto prevê que a Justiça Federal inicialmente adquira o Sistema de Gestão de Pessoas para ser utilizado por todos os órgãos e, a partir dele as demais soluções sejam tratadas pontualmente.

Prevê-se, ainda a contratação de todo o instrumento de serviços para a implantação dos sistemas de todos os órgãos de Justiça Federal, para migração de dados e manutenção do sistema.

Projeto vinculado ao Projeto SIGJUS.

NOME DO PROJETO

Sistema de Gestão Documental Digital

1 ESCOPO DO PROJETO

Implantação do sistema de gestão documental digital que trata da criação, movimentação e guarda de documentos eletrônicos para a Justiça Federal.

2 ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

Este projeto impacta os seguintes objetivos estratégicos:

- Tema: Eficiência operacional
 - Promover a agilidade dos trâmites judiciais e administrativos da Justiça Federal;
 - Otimizar processos de trabalho;
 - Promover a modernização tecnológica da Justiça Federal.
- Tema: Alinhamento e integração
 - Fomentar a interação e a troca de experiências e informações entre órgãos da Justiça Federal.

3 CLIENTES

Justiça Federal

4 JUSTIFICATIVA DO PROJETO

Tendo em vista a missão do Conselho de Integrar os diversos órgãos da Justiça Federal no que diz respeito aos assuntos administrativos, promovendo a transparência dos atos e a tramitação de documentos entre os órgãos, torna-se necessária a implantação de uma solução única para gerenciamento da documentação.

Por questões de modernização, considerando aspectos como a celeridade, a economicidade, a otimização do espaço físico e, mais a preservação ambiental, tem-se em vista a eliminação do processo administrativo físico, em papel. A gestão documental, e com ela o processo digital ou eletrônico, representam sistemas de fundamental importância e, em funcionamento com o sistema de gestão de pessoas, constituem os dois elementos primordiais para dar início à informatização da gestão administrativa.

Após estudos das áreas competentes, constatou-se que três dos sistemas atualmente em uso na Justiça Federal seriam, em primeira análise, passíveis de aproveitamento na instauração do Processo Eletrônico em âmbito nacional: o sistema *Fluxus*, utilizado pela 5ª Região, o *GDOC*, pela 4ª Região, e o *SIGA*, utilizado pela 2ª Região.

A aquisição de um sistema completamente novo representa alternativa à parte, e para tanto faz-se necessária uma análise de custo e de outros benefícios.

Projeto vinculado ao Projeto SIGJUS.

NOME DO PROJETO

Política de Comunicação da Justiça Federal

1 ESCOPO DO PROJETO

O projeto pretende elaborar e implantar a Política de Comunicação Social da Justiça Federal e estabelecer o Plano de Comunicação da Justiça Federal, a partir da capacitação dos profissionais de comunicação e multiplicadores da instituição (CJF e TRFs). A política de comunicação estabelece mecanismos uniformes e efetivos de transmissão de informação baseados numa perspectiva estratégica de comunicação pública integrada no âmbito do CJF e da Justiça Federal.

2 ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

Este projeto impacta os seguintes objetivos estratégicos:

- Tema: Atuação institucional
 - Desenvolver a comunicação institucional.
- Tema: Alinhamento e integração
 - Fomentar a interação e a troca de experiências e informações entre órgãos da Justiça Federal;
 - Promover o alinhamento estratégico da Justiça Federal.
- Tema: Gestão de pessoas
 - Preparar a organização para as mudanças culturais decorrentes da implementação da estratégia.

3 CLIENTES

Profissionais de comunicação do CJF, dos TRFs e das SJs, e multiplicadores.

4 JUSTIFICATIVA DO PROJETO

O reconhecimento do caráter estratégico da comunicação no Mapa Estratégico da Justiça Federal torna imperativa a implantação de uma política de comunicação na instituição. Consideramos que o êxito e a credibilidade institucional exigem que todos os gerentes e servidores tenham um elevado grau de compreensão sobre a importância de incorporar a comunicação ao planejamento estratégico, não como uma atividade secundária, mas como uma política essencial ao bom desempenho da instituição.

O relatório da primeira etapa do projeto Mapeamento dos Processos de Trabalho do Conselho, realizado em 2008, mostrou que 68% dos entrevistados consideram que existem dificuldades relevantes relacionadas à comunicação institucional, bem como à comunicação com a Justiça Federal. Associado a esse dado, o CJF tem como prioridade dois projetos que se integram diretamente à necessidade de implantação de uma política

de comunicação e que se beneficiariam com a existência dela: o Sistema Integrado de Gestão da Justiça Federal (SIGJUS) e o próprio Planejamento Estratégico da Justiça Federal (PLANEST – JF).

Estabelecer uma política de comunicação na esfera pública exige a adoção do conceito de comunicação pública, a qual inclui em suas práticas o interesse coletivo, dentro de uma perspectiva cidadã da comunicação. O conceito empregado incorpora todas as práticas comunicativas, promocionais e de relações públicas. Por meio da política de comunicação, a Justiça Federal pretende transmitir valores como credibilidade, ética, transparência, acessibilidade, seriedade, realização da justiça social, foco no interesse público, preocupação com o bem-estar do cidadão e rigor no cumprimento de suas atribuições.

Além da vertente voltada para o cidadão e a sociedade em geral, a política de comunicação deve abranger a vertente da comunicação interna. A comunicação interna é importante numa organização em primeiro lugar porque os empregados são parceiros e, quanto melhor informados estiverem, mais envolvidos estarão com a instituição, sua missão e seus valores. Em segundo lugar, os servidores são os melhores “porta-vozes” da instituição em que trabalham. Sua opinião sobre a organização vale muito para quem está de fora. Servidores descontentes, e mal informados geram prejuízos imensos às instituições porque podem expressar os valores positivos ou negativos da cultura organizacional. Por fim, a comunicação interna tem uma função importante no sentido de fazer circular as informações novas, promover o debate e a interação entre os vários segmentos da organização e, sobretudo, capacitar os servidores para os novos desafios.

NOME DO PROJETO

Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação - PETI

1 ESCOPO DO PROJETO

Elaborar o planejamento estratégico de Tecnologia da Informação, alinhado ao Planejamento Estratégico da Justiça Federal e ao Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação do Conselho Nacional de Justiça, aprovado pelo CNJ.

O PETI da Justiça Federal será elaborado em conjunto com os componentes do Comitê Técnico de Planejamento Estratégico da Justiça Federal e com os gestores das unidades de Tecnologia da Informação da Justiça Federal.

2 ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

Este projeto impacta os seguintes objetivos estratégicos:

- Tema: Alinhamento e integração
 - Fomentar a interação e a troca de experiências e informações entre órgãos da Justiça Federal;
 - Promover o alinhamento estratégico da Justiça Federal.
- Tema: Eficiência operacional
 - Promover a agilidade dos trâmites judiciais e administrativos;
 - Otimizar processos de trabalho;
 - Definir políticas de adequação e desenvolvimento do capital humano da Justiça Federal.
- Tema: Infraestrutura e tecnologia
 - Garantir a estrutura de tecnologia apropriada à estratégia.

3 CLIENTES

Todas as áreas de TI da JF.

4 JUSTIFICATIVA DO PROJETO

Recomendação do TCU no Acórdão nº 1603/2008.

Art. 11 da res. 90 do CNJ de 29 de setembro de 2009: O Tribunal deve elaborar e manter um Planejamento Estratégico de TIC - PETI, alinhado às diretrizes estratégicas institucionais e nacionais.

Parágrafo único. Deverá ser elaborado, com base no PETI, o plano diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTI).

NOME DO PROJETO

Implantação do Plano Diretor de Tecnologia da Informação- PDTI

1 ESCOPO DO PROJETO

O projeto irá implementar os requisitos necessários para a gestão de TI na Justiça Federal, com o objetivo de entregar os seguintes produtos ou serviços:

- Capacitação no processo de elaboração e gestão do Plano Diretor de TI;
- Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI;
- Processos de Tecnologia da Informação mapeados.

Tais produtos envolverão, na Justiça Federal, o nivelamento de conhecimentos, análise da situação atual dos recursos da área de Tecnologia da Informação, desenho de cenários futuros e planos de ação contendo as orientações e recomendações necessárias para o alcance da situação desejada.

2 ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

Este projeto impacta os seguintes objetivos estratégicos:

- Tema: Alinhamento e integração
 - Fomentar a interação e a troca de experiências e informações entre órgãos da Justiça Federal;
 - Promover o alinhamento estratégico da Justiça Federal.
- Tema: Eficiência operacional
 - Promover a agilidade dos trâmites judiciais e administrativos;
 - Otimizar processos de trabalho;
 - Definir políticas de adequação e desenvolvimento do capital humano da Justiça Federal.
- Tema: Infraestrutura e tecnologia
 - Garantir a estrutura de tecnologia apropriada à estratégia

3 CLIENTES

SDI – Secretaria de Desenvolvimento institucional

STI – Secretaria de Tecnologia da Informação

SIJUS - Sistema de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) da Justiça Federal

4 JUSTIFICATIVA DO PROJETO

O Tribunal de Contas da União realizou uma ampla auditoria acerca da governança de TI no âmbito da Administração Pública Federal, que resultou no Acórdão nº 1603/2008 Plenário. O Acórdão apresenta recomendações respaldadas pelo modelo de gestão COBIT 4.0

(Control Objectives for Information and Related Technologies), dentre as quais: garantir o alinhamento das ações aos objetivos institucionais, proteger informações críticas e promover a correta aplicação dos recursos empregados.

Em consequência do referido Acórdão, foi publicada a Instrução Normativa nº 4, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, em comum acordo com a Secretaria de Fiscalização de Tecnologia da Informação do TCU, que dispõe sobre a necessidade de que o processo de contratação de serviços de Tecnologia da Informação seja precedido de planejamento elaborado em consonância com o PDTI.

O Conselho Nacional de Justiça, com o intuito de promover ações para a melhoria da gestão dos níveis de serviço de tecnologia da informação e comunicações – TIC no Judiciário, determinou no parágrafo único, art. 11º, Capítulo V “Gestão de TIC”, da resolução nº 90, de 29 de setembro de 2009;

“Art. 11. O Tribunal deve elaborar e manter um Planejamento Estratégico de TIC - PETI, alinhado às diretrizes estratégicas institucionais e nacionais.

Parágrafo único. Deverá ser elaborado, com base no PETI, o plano diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTI).”

A Justiça Federal, empenhada em adotar modelos de gestão que propiciem o atendimento das demandas da sociedade e atenta às recomendações propostas pelo Conselho Nacional de Justiça, aprovou o Mapa Estratégico e vem desenvolvendo ações que possibilitem o alcance de sua visão de futuro: “Atuar com excelência no aprimoramento da Justiça Federal.”

Assim, fica evidenciada a necessidade de desenvolver um projeto para a elaboração dos Planos Estratégico e Diretor de TI (PETI e PDTI) que direcione as estratégias das áreas de TI da Justiça Federal.

NOME DO PROJETO:

Instalação de Varas Federais

1 ESCOPO DO PROJETO

O presente projeto trata da coordenação do Conselho da Justiça Federal na instalação progressiva das 230 Varas Federais na Justiça Federal.

A partir dos critérios para localização, estabelecidos na Lei nº 12011, de 4 de agosto de 2009 e na Resolução nº 297, do Conselho da Justiça Federal, de 23 de dezembro de 2002, a Comissão criada por meio da Portaria nº 090, de 09 de dezembro de 2009, da Presidência do CJF, procederá a estudos sobre a localização das 230 varas federais, o qual será submetido ao Plenário do Conselho da Justiça Federal para a efetivação das localizações.

Após, este Órgão acompanhará a sua instalação, observando as necessidades de funcionamento relativas a estrutura, infra-estrutura física e tecnológica, orçamento e desenvolvimento profissional.

2 ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

Este projeto impacta os seguintes objetivos estratégicos:

- Tema: Eficiência operacional
 - Promover agilidade dos tramites judiciais e administrativos da Justiça;
 - Definir políticas de adequação e desenvolvimento do capital humano da Justiça Federal.

3 CLIENTES

Justiça Federal.

4 JUSTIFICATIVA DO PROJETO

O acúmulo de processos em varas localizadas em municípios do interior ocasiona a sobrecarga de trabalho aos magistrados e servidores e impõem prazos cada vez mais extensos de julgamento.

Além disso, a Justiça deve atender a todos os cidadãos, independentemente da sua localidade.

Para reverter esta situação, é importante o redimensionamento da atual estrutura da Justiça Federal visando à democratização da prestação jurisdicional e a agilização do trâmite judicial.

É com esta finalidade que foram criadas novas varas da Justiça Federal, e para a sua instalação, foram definidos critérios, considerando as necessidades básicas de funcionamento.

O presente projeto, coordenado pelo Conselho da Justiça Federal, visa garantir que os critérios definidos para a instalação de varas sejam atendidos, e com isso, promover o adequado atendimento à crescente demanda da sociedade, cada vez mais consciente dos seus direitos e sedenta por justiça.

NOME DO PROJETO

Autos Judiciais Digitais

1 ESCOPO DO PROJETO

Definir estratégias que possibilitem a todos os TRFs digitalizar todos os novos processos até 02/01/2010.

Não fazem parte do escopo do projeto a digitalização de processo físicos legados, a digitalização dos novos processos das subseções judiciárias da primeira região e a digitalização dos processos de natureza criminal.

2 ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

Este projeto impacta os seguintes objetivos estratégicos:

- Tema: Eficiência operacional
 - Promover agilidade dos tramites judiciais e administrativos da Justiça;
 - Otimizar os processos de trabalho.

3 CLIENTES

Justiça Federal.

4 JUSTIFICATIVA DO PROJETO

O fortalecimento da Justiça Federal passa pela garantia da prestação jurisdicional em tempo adequado.

O investimento na virtualização dos processos judiciais é um compromisso com a sociedade brasileira, na busca da modernização, da rapidez de procedimentos e da eficiência.

Diante da necessidade de atendimento mais célere às demandas da sociedade, a Justiça Federal mobilizou-se para buscar soluções para a digitalização de todos os novos processos até o dia 2 de janeiro de 2010.

O desafio foi aceito por todos os TRFs, porém com utilização de estratégias diferenciadas, escolhidas em função da fase em que se encontram e da necessidade de expansão do projeto às Seccionais.

Independentemente das estratégias adotadas, o trabalho será coordenado e acompanhado pelo Conselho da Justiça Federal.

NOME DO PROJETO

SINEJUS- Sistema Nacional de Estatística da Justiça Federal

1 ESCOPO DO PROJETO

O projeto tem por objetivo gerar, uniformizar e centralizar conjuntos de dados e informações estatísticas da Justiça Federal para auxiliar varas federais, tribunais e operadores do direito no processo de tomada de decisão e servir de ferramenta de gestão da administração judiciária para aprimoramento dos mecanismos que permitam ao jurisdicionado uma justiça mais célere.

A implantação do SINEJUS fornecerá informações aos gestores da Justiça Federal para solucionar problemas de natureza gerencial e estrutural das instituições. A inexistência de dados organizados, uniformizados e centralizados dificultam os trabalhos de todos os órgãos da Justiça Federal.

O SINEJUS possibilitará o desenvolvimento e a gestão de informações estratégicas de interesse da Justiça e a preservação das séries históricas existentes.

2 ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

Este projeto impacta os seguintes objetivos estratégicos:

- Tema: Eficiência operacional
 - Promover a agilidade dos trâmites judiciais e administrativos da Justiça Federal;
 - Otimizar os processos de trabalho;
 - Definir políticas de adequação e desenvolvimento do capital humano da Justiça Federal.
- Tema: Alinhamento e integração
 - Fomentar a interação e a troca de experiências e informações entre órgãos da Justiça Federal.
- Tema: Atuação Institucional
 - Atuar preventivamente na função correccional.

3 CLIENTES

Servidores das unidades de estatística da Justiça Federal; Corregedorias dos TRFs; dirigentes das instituições da Justiça Federal; cidadão.

4 JUSTIFICATIVA DO PROJETO

No Brasil, a Justiça é considerada lenta e pouco confiável. Essa imagem aumenta o “custo Brasil”, corrói a credibilidade da instituição, levando a sistemas paralelos de justiça. A

recente reforma do judiciário criou um conjunto de medidas visando agilizar a tramitação de processos e ampliar o acesso à Justiça.

O SINEJUS será instrumento de democratização das informações sobre o Poder Judiciário e possibilitará a mensuração do alcance desses ideais de acesso à Justiça.

O SINEJUS é um sistema que contribuirá para a transparência e a compreensão das ações da Justiça.

Projeto vinculado ao Projeto SIGJUS.

NOME DO PROJETO

Rede de Comunicação de Dados da Justiça Federal.

1 ESCOPO DO PROJETO

O Projeto visa consolidar a integração e o fluxo de dados entre os órgãos da Justiça Federal e viabilizar a utilização dos sistemas nacionais centralizados, proporcionando economia de escala na utilização dos recursos disponíveis.

Com a implantação do projeto, tem-se o objetivo de fornecer maior segurança, customização, disponibilidade e continuidade de serviço assim como proporcionar economia, redundância, facilidade de comunicação e independência à Justiça Federal no tráfego para a Internet.

2 ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

Este projeto impacta os seguintes objetivos estratégicos:

- Tema: Eficiência operacional
 - Promover a agilidade dos trâmites judiciais e administrativos da Justiça Federal;
 - Otimizar os processos de trabalho;
 - Promover a modernização tecnológica da Justiça Federal.
- Tema: Infraestrutura e tecnologia
 - Garantir a estrutura tecnológica apropriada à estratégia.

3 CLIENTES

Toda a comunidade da Justiça Federal

4 JUSTIFICATIVA DO PROJETO

Atualmente há diversos contratos referentes a serviço de comunicação de dados na Justiça Federal, porém estes serviços atendem somente a respectiva Região, ou seja, não há integração entre as redes de comunicação de dados, além do que cada rede atual utiliza uma determinada tecnologia.

A adoção de uma solução integrada permitirá uma aplicação mais eficiente dos recursos empregados, um acesso mais seguro e de melhor performance às aplicações unificadas, bem com a padronização/unificação da plataforma tecnológica, que vai ao encontro das metas de integração da Justiça Federal, contribuindo para a melhoria da prestação jurisdicional da JF.

Nesse contexto, o CJF deseja contratar serviços de Rede Wan para interligação das unidades da Justiça Federal distribuídas no território nacional. O objetivo da contratação é a disponibilização de uma Rede Corporativa de Longa Distância para toda a Justiça Federal, que seja adequada para suportar o tráfego de dados das aplicações, bem como para o tráfego de voz sobre IP (VoIP) e videoconferência entre as localidades. A rede

deverá ser flexível e escalável, permitindo a acomodação do tráfego de acordo com as necessidades da Justiça Federal.

A contratação desta rede integrada garantirá serviços de melhor qualidade, mais recursos e menores custos que os serviços contratados atualmente, além de prover a infraestrutura necessária para suportar futuras implementações, como por exemplo o Processo Eletrônico e o Sistema Unificado de Gestão de Pessoas.

Para garantia dos principais requisitos (segurança, disponibilidade e desempenho) de um sistema de comunicação, serão estabelecidos critérios (Acordo de Nível de Serviços) capazes de estabelecer níveis de serviços satisfatórios para o funcionamento da Rede, considerados essenciais para a Justiça Federal.

Este projeto vai ao encontro das metas de integração da Justiça Federal e está vinculado ao Projeto SIGJUS

NOME DO PROJETO

DataCenter (Centro de Processamento de Dados) da Justiça Federal

1 ESCOPO DO PROJETO

Disponibilização de serviços centralizados de infraestrutura computacional e de internet, com soluções de alta disponibilidade, englobando *hardware*, *software*, circuitos de comunicação e suporte operacional, visando atender todas as soluções tecnológicas compartilhadas da Justiça Federal.

2. ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

Este projeto impacta os seguintes objetivos estratégicos:

- Tema: Eficiência operacional
 - Promover a modernização tecnológica da Justiça Federal.
- Tema: Infraestrutura e tecnologia
 - Garantir a estrutura tecnológica apropriada à estratégia.

3 CLIENTES

Toda a comunidade da Justiça Federal.

4 JUSTIFICATIVA DO PROJETO

Tendo em vista a tendência da centralização/unificação das soluções tecnológicas nacionais, faz-se necessária a disponibilização de serviços de infraestrutura computacional num único centro de processamento de dados (DATACENTER).

Os serviços de Datacenter devem atender a um conjunto mínimo de boas práticas, de normas e de padrões que assegurem a disponibilidade, a continuidade de operações e a segurança das informações, estas patrimônio indispensável para o negócio da Justiça Federal.

Este projeto vai ao encontro das metas de integração da Justiça Federal e está vinculado ao Projeto SIGJUS

NOME DO PROJETO

Implantação da Melhoria dos Processos de Engenharia de Software da Justiça Federal - MPES-Jus

1 ESCOPO DO PROJETO

O projeto consiste em definir, regulamentar e implantar os processos de engenharia de *software* da Justiça Federal, bem como, definir, adquirir ou implementar e implantar os *softwares* que irão apoiar esses processos.

2 ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

Este projeto impacta os seguintes objetivos estratégicos:

- Tema: Eficiência operacional
 - Otimizar os processo de trabalho;
 - Promover a modernização tecnológica da Justiça Federal.
- Tema: Alinhamento e integração
 - Fomentar a interação e a troca de experiências e informações entre órgãos da Justiça Federal.
- Tema: Infraestrutura e tecnologia
 - Garantir a estrutura tecnológica apropriada à estratégia.

3 CLIENTES

Áreas de engenharia de software da Justiça Federal.

4 JUSTIFICATIVA DO PROJETO

Um dos grandes desafios da área de TI do Conselho da Justiça Federal – CJF atualmente é atender à crescente demanda de seus clientes por novos serviços e produtos e por aumento na qualidade dos serviços já prestados e produtos implantados, cada vez mais em âmbito nacional. Nenhum novo serviço ou produto é fornecido apenas para o CJF, mas sempre para toda a Justiça Federal.

Uma vez que as necessidades são crescentes e os recursos limitados, a colaboração entre as áreas de TI de toda a Justiça Federal tem de ser efetiva, com uma gestão rigorosa e constante, para se garantir os resultados esperados.

Para dar conta das exigentes demandas é necessário alterar métodos e processos internos. A robustez dos ambientes e *softwares* que se pretende reflete o novo paradigma de gestão de TI aplicado à Justiça Federal, no qual cada atividade é acompanhada até a sua conclusão, com participação de todos os interessados em âmbito nacional, da área técnica e de negócio.

Em especial, a engenharia de *software* na Justiça Federal, foco deste projeto, precisa ser baseada em metodologias e processos bem definidos, padronizados e muito bem controlados.

Atualmente há uma baixíssima racionalização dos recursos humanos capacitados em engenharia de *software* na Justiça Federal, que realizam inegavelmente as mesmas atividades isoladamente, no mínimo, seis vezes, para o CJF e para os cinco tribunais regionais federais – TRFs, e, em algumas Regiões, também para as Seccionais.

Diante do exposto, para garantir as missões da Justiça Federal e do Conselho da Justiça Federal, os diversos projetos nacionais em fase de execução ou sustentação e racionalização dos recursos humanos, materiais e financeiros, é imprescindível repensar, em conjunto e com urgência, a engenharia de *software* da Justiça Federal.

NOME DO PROJETO

Gestão de Identidades e Acesso da Justiça Federal

1 ESCOPO DO PROJETO

Implementação de solução de Gerenciamento de Identidade e Acesso e sua integração ao módulo SGP - Sistema de Gestão de Pessoas do SIGJUS – Sistemas Integrados de Gestão da Justiça Federal .

Considerando as novas demandas relativas aos sistemas de âmbito nacional: integração de sistemas de todos os órgãos da Justiça Federal e dos projetos de desenvolvimento e implantação de Sistemas de Gestão Unificada de âmbito nacional cuja efetividade e segurança demanda a utilização de controle centralizado de identidade e acesso, com vistas a uma maior racionalização de recursos computacionais, de serviços de terceiros e de tempo. Possibilitará também a atribuição correta do exercício da responsabilidade sobre a aprovação ou não de permissões de acesso a recursos.

Deverá prover:

- Repositório Central de Identidades e Recursos;
- Serviço de Autenticação e Acesso a Recursos;
- Auditoria de acesso e autenticação centralizada;
- Autoserviço;
- Workflow de aprovação de acesso a recursos;
- Provisionamento e de-provisionamento automático;
- Single-Sign-On (Senha única para acesso a recursos);
- Sincronização com diretórios locais;
- Serviços de autenticação e acesso para todas as aplicações da J.F. (dependente de customização para cada aplicação).

2 ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

Este projeto impacta os seguintes objetivos estratégicos:

- Tema: Eficiência operacional
 - Promover a agilidade dos trâmites judiciais e administrativos da Justiça Federal;
 - Otimizar os processos de trabalho;
 - Promover a modernização tecnológica da Justiça Federal.
- Tema: Infraestrutura tecnologia
 - Garantir a estrutura tecnológica apropriada à estratégia.

3 CLIENTES

Provedor primário de informações:

SGP – Identidades;

Gestores de Sistemas – regras de acesso e autenticação e definição de *workflow*;

Pessoal de infraestrutura e administração de diretórios – estrutura dos diretórios;

Desenvolvedores/integradores de aplicações – regras de autenticação, aplicações de tecnologia, alterações necessárias para integração das aplicações;

Pessoas/Unidades Impactadas :

Todos os usuários de recursos computacionais e sistemas nacionais;

Pode ser estendido a todos os usuários de serviços da Justiça Federal, inclusive aos da área judicial.

4. JUSTIFICATIVA DO PROJETO:

O Projeto Gestão de Identidades e Acesso da Justiça Federal visa aproveitar a oportunidade surgida com a implantação do SIGJUS, e principalmente com a implantação do SGP de oferecer para toda a Justiça Federal um repositório central de identidades, proporcionando a gestão unificada e centralizada das identidades e recursos, do acesso aos recursos, proporcionando um serviço de autenticação e acesso centralizado, com auditoria centralizada e serviços de autopvisionamento, autosserviço.

A responsabilidade da aprovação de acessos a recursos e sistemas ficará perfeitamente definida e exercida pelas pessoas competentes através de *workflows* de aprovação.

A implantação do IDM possibilitará a eliminação de usuários duplicados, e que inativos e desligados permaneçam com acesso aos recursos de TI.

Servirá como base para todos os projetos estratégicos de TI dependentes de identidades confiáveis.

Projeto vinculado ao Projeto SIGJUS.

NOME DO PROJETO

Planejamento Estratégico na Justiça Federal – PLANEST JF

1 ESCOPO DO PROJETO

O planejamento estratégico é uma ferramenta de gestão, que permite às organizações o aprimoramento do processo decisório, por meio da seleção dos meios necessários ao alcance do melhor desempenho, no ambiente em que estão inseridas.

Cientes disso, os órgãos da Justiça Federal, antecipando-se a proposta apresentada pelo Conselho Nacional de Justiça no segundo semestre de 2008, já vêm trilhando o caminho da gestão estratégica desde 2006. As ações, que anteriormente ocorriam de forma isolada, agora estão sendo aprimoradas em conjunto, buscando-se a consolidação da imagem da Justiça Federal, como instituição de excelência na prestação jurisdicional.

A Gestão Estratégica na Justiça Federal tem como ponto de partida o Mapa Estratégico, alinhado ao Planejamento Estratégico do Poder Judiciário, sobre o qual dispõe a Portaria nº 073 do CJF, de 26 de agosto de 2009.

O presente projeto que visa à coordenação da elaboração do planejamento estratégico da Justiça Federal, observando o planejamento estratégico do Poder Judiciário, tem os seguintes objetivos:

- Prestar consultoria para implementação e operacionalização do planejamento estratégico;
- Acompanhar o cumprimento das metas estratégicas da organização e da Justiça Federal;
- Apoiar o desdobramento da estratégia definida para a Justiça Federal;
- Compilar e divulgar as diretrizes definidas pelo nível estratégico;
- Elaborar e atualizar periodicamente o Plano de Gestão da Justiça Federal e o Plano de Gestão do Conselho da Justiça Federal;
- Promover a divulgação de ações e resultados referentes ao planejamento estratégico da Justiça Federal e do Conselho da Justiça Federal;
- Padronizar procedimentos para elaboração de metas e projetos estratégicos no âmbito da Justiça Federal;
- Promover ações de sensibilização para o planejamento estratégico;
- Manter portfólio de projetos e de ações estratégicas visando fornecer informações rápidas sobre as iniciativas estratégicas em curso;
- Acompanhar o andamento dos projetos estratégicos, propondo ferramentas para esse acompanhamento;

- Manter e promover o intercâmbio com outros órgãos em assuntos relacionados ao planejamento estratégico;
- Definir em conjunto com outras áreas os indicadores de medição de desempenho de projetos e processos de trabalho;
- Propor estudos relativos a novas tecnologias e processos para ganhos de produtividade;
- Tornar a estratégia um processo contínuo, visando desenvolver uma cultura colaborativa, orientada a resultados.

2 ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

Este projeto impacta o seguinte objetivo estratégico:

- Tema: Alinhamento e integração
 - Promover o alinhamento estratégico da Justiça Federal.

3 CLIENTES

Conselho e Justiça Federal de primeiro e segundo graus.

4 JUSTIFICATIVA DO PROJETO

As justificativas para a implantação da Gestão Estratégica derivam da observação da realidade e das dificuldades verificadas na gestão dos recursos e na orientação destes para o atingimento dos objetivos estratégicos fixados.

Os fatores que motivam a implantação da Gestão Estratégica são relacionados com as causas principais da falta de alinhamento das ações em relação aos objetivos estratégicos, como nas situações em que:

- Os gestores funcionais não estejam conscientes das diretrizes estratégicas da organização ou estejam, mas não consigam guiar suas ações de acordo com essas diretrizes. Conseqüentemente, quando as ações são gerenciadas individualmente e sem alinhamento estratégico, a probabilidade de atingir os objetivos organizacionais previstos é bem menor. A Gestão Estratégica pode atuar na integração e no alinhamento estratégico das ações visando reduzir essas ocorrências, para assim aumentar as chances de sucesso das ações e conseqüentemente de melhores resultados com menores custos.
- As iniciativas estratégicas, críticas para o alcance dos resultados planejados, não estejam sendo ativamente monitoradas e gerenciadas durante sua execução, fazendo com que a decisão de interromper a iniciativa ou então de recuperá-la quando estiver sendo mal conduzida seja tomada tarde demais, depois que boa parte dos recursos já foram consumidos e a imagem da organização já foi afetada. Mudanças no andamento das iniciativas estratégicas em relação ao planejamento

existem e são normais, no entanto, o fator determinante para o sucesso é sua identificação prematura e o seu tratamento imediato, e isto pode reduzir o risco de resultados indesejados, ao término das ações.

- Ocorrem falhas no treinamento adequado ou na formação dos gestores funcionais e de projetos. A atuação de uma área gestora da estratégia em todas as suas fases, do planejamento à execução, a avaliação e depois o novo replanejamento, e na gestão da inovação e disseminação do conhecimento sobre gestão tende a aumentar as chances de sucesso nas ações estratégicas.
- Ocorre falta de procedimentos, processos e ferramentas definidos e divulgados. A adoção de uma metodologia de gestão estratégica que garanta transparência e visibilidade no acompanhamento dos resultados das ações contribui para o alinhamento das ações e conseqüentemente para o atingimento dos objetivos.
- Ocorrem sinais de insatisfação dos clientes para com os serviços prestados pela organização. A implantação de um modelo de gestão estratégica se justifica na necessidade de aumento na satisfação dos clientes por meio da melhora na qualidade dos serviços fornecidos.
- Os recursos humanos, materiais e financeiros alocados às ações estratégicas e aos processos não estejam otimizados, correndo risco de haver desperdício de qualquer espécie. O emprego de metodologia de gestão estratégica atua diretamente na racionalização dos recursos naturalmente escassos naquelas iniciativas estratégicas e processos mais alinhados com os objetivos estratégicos da organização.
- Os sistemas de suporte à decisão estejam desintegrados ou não sejam dinâmicos o suficiente para gerar informações rápidas e de qualidade. A visão consolidada e padronizada sobre o andamento das iniciativas estratégicas e dos processos obtida por meio do gerenciamento efetivo dos resultados permite à direção da organização a tomada de decisões estratégicas, num prazo mais curto e em tempo de prevenção, antes que os resultados sejam comprometidos.

NOME DO PROJETO

Sistema Integrado de Educação a Distância

1 ESCOPO DO PROJETO

O projeto viabilizará um sistema de educação virtual integrando toda a Justiça Federal, otimizando meios e racionalizando o uso de recursos e soluções compartilhadas.

2 ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

Este projeto impacta os seguintes objetivos estratégicos:

- Tema: Eficiência operacional
 - Definir políticas de adequação e desenvolvimento do capital humano da Justiça Federal
- Tema: Gestão de pessoas
 - Promover o desenvolvimento e a qualificação de pessoas para atender a estratégia

3 CLIENTES

Magistrados, gestores, servidores e sociedade.

4 JUSTIFICATIVA DO PROJETO

O Conselho da Justiça Federal utiliza o Sistema de Controle de Eventos (SCE) como plataforma tecnológica de suporte aos eventos de capacitação em eventos presenciais e a distância,

Esta plataforma, atualmente, necessita de manutenção em diversos de seus módulos e que exigiriam considerável investimento pela área de TI no Sistema. Entretanto, conforme entendimentos mantidos, o Centro de Estudos Judiciários e a área de tecnologia acordaram que a melhor alternativa para modernizar a área de educação do CEJ seria a implantação de um novo sistema de gerenciamento de aprendizagem (*LMS – learning management system*) livre ou adquirido no mercado e integrado aos sistemas existentes.

Em recente evento promovido pelo Conselho Nacional de Justiça – 1º Fórum de Educação a Distância –, servidores do Poder Judiciário tiveram a oportunidade de conhecer iniciativas exitosas presentes em diversos órgãos da Administração Pública que já utilizam à modalidade de ensino a distância, com a utilização de plataforma desenvolvida externamente ao órgão e integrada aos seus sistemas administrativos.

Reconhece-se que o sistema atual possui recursos e funcionalidades que não estão presentes em soluções tecnológicas externas. Entretanto, havendo a integração dessas funcionalidades exclusivas com novos recursos de uma solução externa, possibilitará a melhor operacionalização das atividades educacionais do CJF, estendido a toda Justiça Federal.

NOME DO PROJETO

Educação Corporativa do CJF

1 ESCOPO DO PROJETO

Criar programas e processos de aprendizagem voltados para:

- O desenvolvimento da cidadania organizacional, com vistas ao cumprimento da missão e alcance da visão de futuro;
- O desenvolvimento de competências necessárias à implementação da estratégia;
- O desenvolvimento de competências e capacidades técnicas requeridas para a conformidade e melhoria dos processos e rotinas de trabalho.
 - O projeto prevê, inicialmente, o seguinte escopo:
- Contratação de facilitadores externos para capacitar a equipe técnica do CJF;
- Contextualização de um projeto de educação corporativa no CJF e identificação de riscos ao projeto;
- Definição dos pressupostos, princípios e objetivos da educação corporativa no CJF;
- Integração do projeto com o modelo de gestão por competências e instrumentos normativos da instituição;
- Identificação das matrizes de desenvolvimento adequadas à estrutura da Justiça Federal e seus órgãos;
- Identificação das vertentes das matrizes de desenvolvimento;
- Identificação dos programas de desenvolvimento de cada matriz e vertente;
- Criação dos programas de desenvolvimento.

2 ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

Este projeto impacta os seguintes objetivos estratégicos:

- Tema: Gestão de pessoas
 - Promover o desenvolvimento e a qualificação de pessoas para atender a estratégia.

3 CLIENTES

Magistrados, gestores, servidores e outras pessoas que interagem com a Cadeia de Valor dos órgãos que integram a Justiça Federal

4 JUSTIFICATIVA DO PROJETO

O Conselho da Justiça Federal e os demais órgãos da Justiça Federal empreendem esforços no alinhamento de seus planos estratégicos aos objetivos e metas definidas para todo o Poder Judiciário.

Conforme estudiosos, a eficácia na execução da estratégia responde pela diferença entre as organizações bem sucedidas, daquelas que, mesmo com uma brilhante estratégia, falharam na sua realização, resultando em graves prejuízos para elas.

Para a garantia de uma execução eficaz é essencial adotar medidas que assegurem o alinhamento e a convergência dos investimentos e esforços destinados aos propósitos organizacionais de modo a:

- Tornar a estratégia conhecida e entendida por todos na organização;
- Comprometer servidores e gestores com o propósito estratégico;
- Capacitar as pessoas e; desenvolver as competências necessárias à implementação da estratégia;
- Responder em tempo adequado as demandas de aprendizagem requeridas pela estratégia organizacional.

As metodologias tradicionais de treinamento e desenvolvimento não permitem criar essas condições, sendo essa uma das principais razões pelas quais as instituições encontram na educação corporativa um meio eficaz de gerar processos de aprendizagem alinhados à estratégia organizacional.

Primeiramente faz-se necessário que os processos de aprendizagem que impactam na estratégia sejam tratados de forma diferenciada. Eles não devem ser geridos pelo mesmo bojo das demais ações. Desse modo, garante-se que os esforços organizacionais sejam canalizados, prioritariamente, para a consecução da estratégia institucional. O modelo de educação corporativa proposto, esse alinhamento, é conseguido por prever vertente própria para esses processos que são gerenciados com prioridade sobre os demais.

Outra medida de fundamental importância para a consecução dos objetivos e metas estabelecidas consiste em comprometer as pessoas com o propósito institucional expresso na visão, missão e valores.

Assim, a educação corporativa também prevê programas educacionais orientados para a construção da cidadania organizacional, que também passam a constituir vertente própria. Esses programas visam contribuir para que os valores institucionais sejam internalizados e vivenciados por todos, servindo de referencial na tomada de decisão em todos os seus níveis.

Em um modelo de educação corporativa, a capacitação técnica é projetada para atender as especificidades de conhecimento requerido em cada processo de trabalho. Isso gera benefício para a organização: primeiro, o profissional participa de uma ação educacional técnica, preferencialmente quando a aprendizagem se faz necessária e na medida suficiente para a realização do trabalho. Segundo, possibilita a organização racionalizar o tempo e os recursos financeiros investidos em capacitação.

NOME DO PROJETO

Repositório Digital do Conselho da Justiça Federal

1 ESCOPO DO PROJETO

O Repositório institucional é a reunião de todos os repositórios temáticos hospedados em uma organização.

No caso do CJF, cada Secretaria trata de uma área administrativa e, portanto, seu repositório temático será específico na sua competência. A união de todos os repositórios das diversas unidades administrativas comporá o Repositório Digital do Conselho da Justiça Federal. Os repositórios institucionais são responsáveis por divulgar e também preservar informações científicas da instituição que os compreende.

Um repositório digital agrega um conjunto avançado de serviços relativos à organização, tratamento, acesso e disseminação do conteúdo digital produzido por uma instituição e sua comunidade. Dentre esses serviços, inclui-se o de preservação digital, uma vez que o gerenciamento da migração do conteúdo digital de uma tecnologia em vias de ser desativada para um sistema de ponta deve ocupar um espaço primordial nas preocupações das organizações que detêm repositórios institucionais.

Sua função também é, portanto, preservar e disponibilizar a produção intelectual da instituição representando-a, documentando-a, e compartilhando-a em formato digital.

2 ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

Este projeto impacta os seguintes objetivos estratégicos:

- Tema: Alinhamento e integração
 - Fomentar a interação e a troca de experiências e informações entre órgãos da JF;
 - Promover a agilidade dos trâmites judiciais e administrativos.
- Tema: Eficiência operacional
 - Otimizar processos de trabalho.
- Tema: Atuação institucional
 - Desenvolver a comunicação institucional.

3 CLIENTES

Bibliotecas da Justiça Federal, magistrados, gestores, servidores da Justiça Federal e o público em geral

4 JUSTIFICATIVA DO PROJETO

Atualmente, é grande o número de documentos produzidos internamente pelo Poder Judiciário. Não apenas em relação às milhares de decisões judiciais emanadas todos os dias dos órgãos judicantes, mas também aos documentos produzidos pelas unidades administrativas, e mesmo à produção intelectual dos magistrados e servidores. Contudo, todo esse conhecimento fica, quase sempre, adstrito ao público interno do respectivo órgão ou, as vezes, limitado a um arquivo de computador.

As inovações tecnológicas devem ser utilizadas para proporcionar a divulgação e o acesso à informação. Essa filosofia deve ser apoiada e cultivada nos órgãos públicos, pois abre suas portas para que a sociedade compartilhe de sua missão. Uma solução moderna para este problema é a construção de repositórios. Esses repositórios, construídos dentro da filosofia de Iniciativa dos Arquivos Abertos, incentivam a publicação na Rede totalmente gerenciada pelo pesquisador (auto-arquivamento), utilizam tecnologia aberta e podem ser acessados por diversos provedores de serviços disponíveis em nível nacional e internacional.

Esta revolução na publicação e na divulgação do conhecimento iniciou-se com a constituição dos repositórios temáticos. Depois, a idéia evoluiu para o agrupamento destes repositórios sob a responsabilidade de uma instituição maior constituindo o Repositório Institucional.

ANEXO 3 - MATRIZ DE IMPACTO DOS PROJETOS

**Contribuição para o
alcance dos objetivos
estratégicos**

Projetos	Promover agilidade dos trâmites judiciais e administrativos da Justiça Federal	Otimizar os processos de trabalho	Definir políticas de adequação e desenvolvimento do capital humano da Justiça Federal	Promover a modernização tecnológica da Justiça Federal	Promover a cultura da responsabilidade socioambiental	Fomentar a interação e a troca de experiências e informações entre os órgãos da Justiça Federal	Promover o alinhamento estratégico da Justiça Federal	Atuar preventivamente na função correicional	Desenvolver a comunicação institucional	Promover o desenvolvimento e a qualificação de pessoas para atender a estratégia	Fortalecer o clima organizacional	Preparar a organização para as mudanças culturais decorrentes da implementação da estratégia	Garantir a estrutura de tecnologia apropriada à estratégia	Assegurar recursos orçamentários necessários à execução da estratégia	
SIGJUS - Sistema Integrado de Gestão da Justiça Federal	3	3	1	1	1	3	1	1	1	2		1			18
Sistema de Gestão de Pessoas		3	1	3		3									10
Sistema de Gestão Documental Digital	3	3		3		3									12
Política de Comunicação Institucional					1	3	3	1	3	1	1	3			16
Implantação do PETI - Planejamento Estratégico de Tec. da Informação	3	3	3	3		3	3			1			3		22
Plano Diretor de TI	3	3	3	3		3	3			1			3		22
Instalação de Varas Federais	3		3	1									1		8
Autos Judiciais Digitais	3	3		3	2										11
SINEJUS – Sistema Nacional de Estatística da Justiça Federal	3	3	3			3	2	3	2	1		1			21

Projetos	Promover agilidade dos trâmites judiciais e administrativos da Justiça Federal	Otimizar os processos de trabalho	Definir políticas de adequação e desenvolvimento do capital humano da Justiça Federal	Promover a modernização tecnológica da Justiça Federal	Promover a cultura da responsabilidade socioambiental	Fomentar a interação e a troca de experiências e informações entre os órgãos da Justiça Federal	Promover o alinhamento estratégico da Justiça Federal	Atuar preventivamente na função correcional	Desenvolver a comunicação institucional	Promover o desenvolvimento e a qualificação de pessoas para atender a estratégia	Fortalecer o clima organizacional	Preparar a organização para as mudanças culturais decorrentes da implementação da estratégia	Garantir a estrutura de tecnologia apropriada à estratégia	Assegurar recursos orçamentários necessários à execução da estratégia	
Implantação da Melhoria dos Processos de Engenharia de Software da Justiça Federal - MPES-Jus		3	2	3		3				2			3		16
Gestão de Identidades e Acesso da Justiça Federal	3	3		3				1					3		13
Data Center da Justiça Federal	1	1		3	1	1	2	1					3		13
Rede de Comunicação de Dados da Justiça Federal	3	3		3	1	1		1	2		1	1	3		19
Planejamento Estratégico da Justiça Federal - PLANEST			1				3					3			7
Sistema Integrado de Educação à Distância			3							3					6
Educação Corporativa do Conselho da Justiça Federal			1							3	3	3			10
Repositório Digital do CJF	3	3				3			3						12
	28	28	20	23	6	23	17	8	11	14	5	12	19	0	

